TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DIRETORIA GERAL

PROAD Nº. 5268/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 33/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 da Lei nº. 14.133/2021.

SOLICITANTES: Coordenadoria de Manutenção.

CONTRATADO: JMA TREINAMENTOS E SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA - PREMIER
TREINAMENTOS- CNPJ Nº. 48.941.539/0001-71

OBJETO: Inscrição dos servidores RAFAEL MARTINS GOMES NASCIMENTO e VINÍCIUS AURELIANO CORREIA LIMA DE FREITAS no curso “MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO EM USINAS SOLARES”, a ser realizado na modalidade online, no período de 11 e 12 de setembro de 2025, com carga horária de 16 horas.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Valor da inscrição individual de R\$ 2.790,00, totalizando R\$ 5.580,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais) para dois participantes.

Considerando que o contratado apresenta regularidade fiscal e trabalhista, não possui registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, CNJ, TCU, CNEP, bem como no CADIN (docs.12/16, 21 e 22);

Considerando o Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº. 33/2025 (doc. 20);

Considerando a disponibilidade e adequação orçamentárias, informadas nos doc. 10 e 11;

Considerando a informação da Escola Judicial do TRT7 de que consta no item 67 do Plano Anual de Formação de Magistrados e Capacitação de Servidores, a previsão de cursos e eventos de capacitação para servidores da Coordenadoria de Manutenção, de modo atender as necessidades de formação e reciclagem de servidores(as) que atuam na área (doc. 06), bem como a informação da Assessora de Governança das Contratações, Obras e Sustentabilidade do TRT7ª Região (doc. 20 do proad 954/2025) que é facultativa, nos termos do § 2º do art. 12 da Resolução CSJT nº. 364 /2023, a inserção no PCA de Inexigibilidades;

Considerando, por fim, a delegação de competência à Diretoria-Geral constante do Ato TRT7 nº. 58 /2021, **AUTORIZO** a presente contratação direta, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, do curso objeto deste processo.

Ressalte-se que, nos termos do parágrafo único, do artigo 72, da Lei nº. 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, devendo, com isso, o ato da contratação direta ser publicado no Sítio Eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Dispensada a formalização do pacto através de instrumento de contrato, a ser substituído pela Nota de Empenho, nos termos do inciso I do artigo 95 da Lei nº. 14.133/2021.

À Seção de Apoio às Contratações de Bens e Serviços para adoção das providências relativas à publicação da Inexigibilidade em tela.

Empós, à Secretaria de Orçamento e Finanças – NPO para emitir a Nota de Empenho, no valor acima discriminado, bem como para publicação da respectiva nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Ato contínuo, à Seção de Conformidade de Registro de Gestão para análise da conformista.

Por último, à Escola judicial para guarda e acompanhamento da contratação.

Fortaleza-CE, 28 de julho de 2025.

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora-Geral / Ordenadora de Despesas.